



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Sem dinheiro e sem comando



PMDF/Divulgação

No governo de Cristovam Buarque, entre 1995 e 1998, quando ainda não havia Fundo Constitucional do DF para custear a segurança e o GDF vivia pedindo dinheiro para bancar o setor, houve um episódio que pode se repetir no futuro. Era uma festa de 7 de Setembro. Cristovam estava ao lado do então presidente Fernando Henrique Cardoso, no palanque na Praça dos Três Poderes, quando passa em desfile a Polícia Militar. FHC diz ao governador: “Esta é a Polícia que eu pago e você comanda”. Eis que Cristovam responde: “Nem você paga nem eu comanda”.

Agradecido

Em 2002, no último mês de seu segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei que instituiu o Fundo Constitucional do DF. O governador já não era Cristovam Buarque. Era Joaquim Roriz que sempre foi super agradecido a FHC. Agora, 20 anos depois, as regras podem mudar.

“Quero os números”

O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) não pode ser acusado de passar o trator no caso das mudanças de cálculo da atualização do Fundo Constitucional do DF. Ele recebeu a bancada do DF, o secretário de Planejamento do DF, Ney Ferraz, o empresário Paulo Octávio e presidentes de partidos na reunião de líderes que decidiu a votação do arcabouço fiscal. Mas nada o convenceu. Deu todos os poderes para o relator, Cláudio Cajado (PP-BA). “Quero os números,” pediu ao secretário Ferraz, dispensando as demais argumentações dele.

Transparência

Lira ainda acertou e garantiu a realização de uma reunião da bancada com o relator Claudio Cajado, antes da votação no plenário da Câmara, prevista para ontem à noite. Para garantir o discurso da transparência das decisões do colegiado de líderes e seu compromisso com a bancada. Mas já estavam decididos.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados



À QUEIMA-ROUPA DELEGADO MIGUEL LUCENA, DA POLÍCIA CIVIL DO DF



Arquivo Pessoal

“Estamos penando há 10 anos. Perdemos a paridade em 2017, nos governos Rollemberg e Temer, e passamos os últimos 4 anos com 8%, porque o governo Bolsonaro nem chegou a examinar as propostas encaminhadas pelo governador Ibaneis”

Você diz que a Polícia Civil do DF carrega uma cruz pelo reajuste que aguarda há anos. Pode explicar?

A negociação com dois patrões aumenta muito o nível de dificuldade para se chegar a um acordo. Os sindicatos e associações montam campanhas nas sedes de dois poderes, Executivo e Legislativo, e algumas vezes um governo não concorda com o outro, aparece um deputado de outro estado questionando, e a Polícia Civil do DF, por exemplo, que já foi a mais bem paga do país, vai ficando para trás, hoje, ocupando a 21ª posição, abaixo de Piauí e Goiás, por exemplo.

Há mais de 20 anos na Polícia Civil, você já viu um reajuste mais difícil de sair? Estamos penando há 10 anos. Perdemos a paridade em 2017, nos governos Rollemberg e Temer, e passamos os últimos 4 anos com 8%, porque o Governo Bolsonaro nem chegou a examinar as propostas encaminhadas pelo governador Ibaneis.

Tomara que agora o acordo seja cumprido.

A Polícia Civil do DF tem dois patrões, o governo local e o federal. Está rolando um jogo de empurra há vários anos?

O problema de ter dois patrões é que um manda e o outro paga. É preciso definir se a segurança pública fica de vez no governo federal, emprestada ao GDF, ou se o governador do DF ganha autonomia para gerir o Fundo Constitucional e conceder os reajustes que entender necessários, sem estar pedindo favores ao presidente da República.

O que acontece com a segurança pública se houver alteração na variação anual do Fundo Constitucional? Se houver o congelamento do Fundo Constitucional, as forças policiais não conseguirão nos próximos anos mais reajustes que cubram a inflação. Se é difícil agora, com esse sofrimento todo, imagine depois.



AFP

Em defesa de Vini Júnior

O deputado distrital Rogério Morro da Cruz (sem partido) protocolou na Câmara Legislativa uma moção de repúdio contra os insultos racistas praticados contra o jogador Vinícius Júnior durante a partida entre o Valencia e do Real Madrid, neste último domingo. A moção é endereçada à Liga Nacional de Futebol Profissional (La Liga) e ao governo da Espanha, e deverá ser entregue à embaixada espanhola em Brasília.

Plantio de açaí vai gerar R\$ 390 milhões de receita no DF

O açaí também dá frutos no cerrado. É o que prova a Rota das Frutas RIDE-DF (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico), que já plantou 300 hectares e vai botar no chão mais mil hectares, dando suporte técnico e acompanhamento. Os 1.300 hectares de açaí vão gerar 26 mil toneladas, que se transformam em 15,6 toneladas de polpa processada, gerando cerca de R\$ 390 milhões de receita bruta circulando na economia do DF e Entorno. A rota engloba 33 municípios de Minas Gerais e Goiás e vai lançar a 3ª etapa do projeto nesta sexta-feira na AgroBrasília.



Reprodução/Redes Sociais



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR

Quem teve a ideia de estabelecer um teto para o repasse de recursos federais ao DF por meio do Fundo Constitucional?

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | PAULA BELMONTE | DEPUTADA DISTRITAL (CIDADANIA)

Parlamentar critica mudanças no Fundo Constitucional e diz que segurança pública do DF é referência para o restante do país

Todos serão impactados

» ANA LUIZA MORAES*

A alteração dos critérios de reajuste do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) foi tema abordado pelo CB.Poder — parceria entre Correio e TV Brasília —, que recebeu, ontem, a

deputada distrital Paula Belmonte, presidente do Cidadania. Na entrevista à jornalista Ana Maria Campos, ela destacou a importância da verba para manter os profissionais de segurança pública, saúde e educação.

Como a senhora está vendo essa proposta de alterar o cálculo do FCDF?

O Fundo Constitucional é importante para todos nós aqui de Brasília. Mesmo as pessoas que não são impactadas diretamente, como servidores públicos, tanto da segurança pública, da saúde, da educação. Isso tem um impacto direto em todo o cidadão brasileiro. O fundo foi uma maneira de constitucionalizarmos a garantia salarial, de entregarmos aqui uma segurança pública. Brasília é sede de várias instituições, de embaixadas, do Congresso Nacional. Nossa segurança pública do DF é vista pelo Brasil inteiro como referência. Sabemos que os servidores, cada vez mais, recebem menos. Não temos uma

movimentação financeira aqui de grandes polos industriais, então, dependemos do recurso para manter esses profissionais que prestam um serviço de excelência não somente para o DF, mas para o Brasil.

Existe um mérito político na reunião de políticos do DF de diferentes ideologias partidárias engajados no mesmo propósito?

Foi muito importante o movimento que aconteceu ontem (segunda-feira), tínhamos desde a esquerda à direita, unidos em prol do DF, e unidos em prol dessas três áreas importantíssimas no desenvolvimento da nossa cidade.

O 8 de janeiro criou uma propaganda negativa para

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Brasília na visão dos políticos, de outros estados e do turismo?

Eu faço parte da CPI do 8 de janeiro, e eu tenho sido muito crítica da forma da condução e percepção de algumas pessoas, porque eu continuo dizendo e continuo falando: a segurança pública é uma referência nacional. Nós verificamos e estamos constatando na CPI e isso não é uma fala minha, mas de outros parlamentares também, que houve uma omissão do Governo Federal. Eu, como parlamentar representante

da população do DF, não posso aceitar que a responsabilidade do que aconteceu no dia 8 de Janeiro seja da nossa segurança pública. A partir do momento em que se entra em um órgão federal, a responsabilidade é da polícia daquele órgão. E nós constatamos que houve uma omissão do governo federal. Se nós não estamos conseguindo avançar nessa linha de investigação, que ela seja avançada na CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) que será lançada na quinta-feira.

A senhora acredita que a CPMI vai sair mesmo?

Está marcado para às 9h de quinta-feira (amanhã) para ser instalada. Me parece que já tem um presidente. Ontem, eu recebi um parlamentar que queria, exatamente, se atualizar de tudo que avançamos aqui na Câmara Distrital. Temos bastante informação, apesar de termos feito vários requerimentos de informação, e ainda não termos recebido resposta. Tivemos alguns depoimentos importantes. Semana passada, tivemos o General Dutra, que foi um depoimento muito significativo para todos nós brasileiros. O que chama atenção é, primeiro, a posição do Exército e a posição de que, em nenhum dos governos, nem do presidente atual, nem do presidente passado, foi pedido oficialmente para que aquelas pessoas se retirassem. E foi exatamente essa conversa que eu tive com o ministro Alexandre de Moraes — do Supremo Tribunal Federal (STF) —, dizendo que aquelas pessoas não estavam cometendo crime na manifestação. A manifestação, independente de ideologia política, é um direito

de todos nós brasileiros garantidos na nossa Constituição Federal. Aquelas pessoas estavam no acampamento autorizadas.

No seu trabalho na Câmara Legislativa, na Comissão de Fiscalização, na semana passada, havia um convite ao presidente do Iprev. Ele não compareceu?

Sexta-feira passada, nós tínhamos chamado o presidente do Iprev, primeiro porque existe uma insegurança dos servidores em relação a se vão conseguir se aposentar. E infelizmente, tivemos uma ação do Ministério Público (do DF e Territórios) e da Polícia (Civil) a respeito de algumas irregularidades que estão acontecendo no Iprev. Isso traz uma insegurança em relação ao futuro. Naquele dia, infelizmente, ele não se sentiu bem. Mas achamos por bem, devido a complexidade do momento e a necessidade de transparência, que é importante a presença dele. Então, remarcamos a audiência, que será na próxima sexta-feira.

*Estagiária sob a supervisão de Suzano Almeida